

DEMOCRACIA, ESTADO BRASILEIRO E MÍDIA

Ivanor Luiz Guarnieri*

Resumo: Considerando os estudos de teoria política voltados para a preparação acadêmica de futuros jornalistas e de outros profissionais da área de ciências sociais e tendo em vista a importância do debate acadêmico para a compreensão da sociedade, o presente estudo faz uma abordagem sobre a questão democrática a partir de algumas notícias e acontecimentos trazidos pela imprensa. Num primeiro momento o texto tece considerações sobre a origem da democracia atual e, ao menos em termos teóricos, algumas de suas características. Em seguida aponta determinados momentos da história do Brasil, procurando demonstrar neles problemas que dificultam ou impedem o fazer democrático. Ao final retoma o eixo de análise sobre a importância do debate democrático, a começar pela universidade, cujo papel é, além de formação dos acadêmicos, também o pensar a sociedade em que estão inseridos.

Palavras Chave: Teoria política, Democracia, Imprensa.

Abstract: Considering the studies in Political Theory, directed to the academic preparation of future journalists and other professionals of the social sciences, and having in mind the importance of academic debates to the comprehension of society, the present study approaches the question of democracy from some news and events raised by the press. On a first moment the text make some considerations about the origin of recent democracy and, at least in theoretical terms, some of its characteristics. Right after, points out determined moments of the Brazilian History, trying to demonstrate in them problems that make difficult or obstruct the “making of democracy”. At the end, retakes the focal point of the analysis about the importance of democratic debate, starting by the university, which role is, beyond the formation of academics, also thinking society in which they are inserted.

Key Words: Political Theory, Democracy, Press

1. INTRODUÇÃO

Instigado por algumas propostas e por notícias veiculadas atualmente na mídia, o presente texto procura ser, antes de tudo, um pequeno questionamento ao debate cada vez mais crescente acerca do papel do Estado e suas implicações na vida do cidadão.

Em retrospectiva, e no início do século XXI, observam-se os debates travados, nota-se, por exemplo, a gigantesca movimentação em torno do plebiscito sobre a venda de armas e munições, no ano de 2005, em uma atitude supostamente democrática. No entanto, cento e vinte e dois milhões de brasileiros foram convocados para comparecer às urnas para decidir sobre uma questão que já estava praticamente decidida pelo comportamento autoritário da sociedade brasileira, pois se, por exemplo, vencesse o não, nada muda e se vencesse o sim “muda muito pouco. A consulta popular só torna válido um artigo, o 35, do estatuto, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em lojas. As exceções previstas no estatuto continuam valendo”. (OESP, 2005, p. 03). Mesmo porque o Estatuto do Desarmamento foi sancionado em dezembro de 2003 e já restringe compra e porte de armas, o que levou o professor de ética e filosofia política da UNICAMP a afirmar: “Aprovaram a lei, agora, com propaganda ou censura, exigem o ‘sim’. O nome do truque é tirania” (ROMANO, 2005, p. 18)

Se o plebiscito sobre a venda de armas serviu como provocação para a realização do presente estudo, ele não foi o único. Poderia ser citada, também, a tentativa de criação do Conselho Nacional de Jornalismo, ligado ao governo e as sempre delicadas relações entre imprensa, com sua intransferível tarefa de informar, e os diferentes governos, cuja vontade é sempre ter notícias positivas publicadas a seu respeito.

Portanto, a problemática que se apresenta é esta: a relação entre a mídia e Estado, observada em uma sociedade plural e democrática como a brasileira. O problema em análise é a concepção de democracia e como foi construída, tendo em vista que as práticas democráticas, nas quais se inscreve o trabalho jornalístico, é resultado de uma construção teórica e histórica que pretende investigar neste estudo.

Neste século XXI, tempos de grandes e graves questionamentos sobre relações democráticas levadas a efeito no Brasil, é aconselhável estudar e discutir democracia, visando sempre melhor compreendê-la, evitando com isso rejeitar aquilo que mal se conhece.

Inicialmente é preciso considerar que não há um modelo de democracia, capaz de servir como cópia a partir da qual se possa construir um sistema democrático para a sociedade brasileira. Buscar um pretenso modelo seria cair em um idealismo estéril. É preferível buscar na História algumas concepções sobre o que é o “fazer democrático” para, a partir disso, indaga-se sobre as práticas no Brasil, visando o aprimoramento de um sistema que, apesar das críticas, tem se revelado promissor na formação de sociedades que almejam um desenvolvimento humano mais de acordo com os interesses de seus membros.

Cabe lembrar que, em geral, quando se fala em democracia se recorre aos gregos, particularmente aos atenienses do quinto século antes de Cristo, procurando mostrar uma das formas democrática. Mas, como foi dito, é apenas uma das manifestações democráticas, aliás, bastante limitada, por permitir apenas a participação de cidadãos livres. A democracia atual deve muito de suas configurações a estrutura de idéias e ao pensamento do chamado Iluminismo, nos séculos XVII e principalmente XVIII, que trouxe à baila a necessidade de reconhecimento dos interesses das maiorias. Na luta contra o Absolutismo Monárquico, até então vigente nos principais países da Europa, e cujo poder residia em uma pretensa autoridade divina, alguns teóricos da Ilustração - Jean Jacques Rousseau à frente -, propuseram como origem do poder do governante a própria vontade da maioria dos cidadãos. Nesse sentido o poder emanaria do povo e em seu nome seria exercido.

Mas, como observa Bobbio (2001), as relações entre o governante e os cidadãos de uma dada circunscrição política, seja um país, uma província ou mesmo um município, aparentemente se dá de forma direta, através do voto. Lembra o teórico italiano, no entanto, que entre o povo e o governante interpõe-se o chamado “poder invisível”, entendido como os agentes econômicos presentes na sociedade capitalista e que para fazer valer seus interesses, notadamente de ordem econômica, procuram apoiar-se na política no intuito de, em última análise, obter lucro e proteger seus negócios. Os planos de governo apresentados, como úteis e necessários ao bem comum, escondem muitas vezes, o interesse próprio dos financiadores das campanhas eleitorais.

O trabalho do jornalista está circunscrito às questões de caráter democrático, e não pode estar alheio aos problemas desse sistema, pois lhe afetam a todo instante. Bastaria citar o problema da liberdade, que é seguramente um dos mais significativos no contexto do fazer democrático, para observar a quanto uma sociedade que se pretende plural e democrática depende do trabalho dos profissionais mais diretamente ligados à produção de algo fundamental na construção da cidadania, e que pode ser comparado como o oxigênio desta sociedade: a informação.

Mas a informação não existe senão através de discursos que a carregam e que trazem em seu bojo a intencionalidade de seus produtores. Algumas vezes os que discursam falam para o povo, nesse caso é o discurso da ciência; ora falam pelo povo, podendo aqui ser lembrada a religião, tomada no sentido de intercessora em favor do fiel e do pecador, e também o discurso feito em nome do povo, nesse caso cabe lembrar a política e os políticos que se tomam a si mesmos e dizem ser representantes do povo.

Observa-se, nesse sentido, a produção de diferentes discursos, de ordem política, religiosa e científica, seja dos que politicamente querem se apresentar como porta-vozes do povo, falando em seu nome no caso da política, do discurso da ciência. Discurso que, em muitos casos, se arroga detentor do único saber eficaz ou o mais eficaz, em detrimento do saber popular e mesmo os discursos religiosos dos que se apresentam como guardiões da palavra divina ou donos de sua correta interpretação.

Todas essas questões estão umbilicalmente ligadas ao fazer jornalístico, mergulhado que está em uma sociedade dita democrática e plural, na qual os discursos assumem elevada importância.

Em razão disso, o presente texto, tem por objetivo apontar aspectos da democracia tomando em consideração os discursos dentro de uma conjuntura democrático-capitalista da qual faz parte o fazer jornalismo, procurando problematizar discursos de ordem política, a partir de alguns elementos tirados de notícias veiculadas atualmente, no sentido de levantar questões abertas ao debate.

Dada a amplitude das questões envolvidas, o procedimento metodológico para as análises procurou levar em conta que todo pesquisador tem diante de si realidades complexas nas quais os fenômenos se ligam e se comunicam continuamente. Não se pode perder de vista o todo. Apesar disso, a pesquisa de questões ligadas à democracia e ao jornalismo, requer cortes temáticos sem os quais o estudo se encontraria atolado num emaranhado de problemas e dúvidas difíceis de deslindar, pois são temas de grande alcance e variadas manifestações, sobre os quais o presente texto quer apenas tocar alguns pontos.

Em razão disso, o presente estudo inicia a partir de uma perspectiva geral conduzindo-se para análises acerca de aspectos menos abrangentes, isto é, de uma concepção de democracia para fatos da vida democrática do Brasil. Desse modo, o presente trabalho inicia com aspectos da democracia historicamente constituída e, em seguida, observa características do fazer político no Estado brasileiro no conjunto do atual sistema político-econômico e social denominado capitalismo.

Considerando que diferentes profissionais, contabilistas, administradores, economistas, jornalistas, entre tantos outros, se vêem envolvidos por algo que ultrapassa o mero exercício da profissão, mas enquadra as posturas e procedimentos na execução de tarefas, em razão dos princípios que norteiam a sociedade onde atuam. Esse algo é a política, e aqui se quer apontar alguns de seus aspectos com relação a democracia, uma vez que a sociedade brasileira se diz democrática.

2. DEMOCRACIA

O volume de informações e debates acerca da democracia é grande e nem poderia ser diferente em uma questão complexa como essa. Desde o fim do Regime Militar, na década de 1980, as vozes que antes estavam silenciadas começaram a ser ouvidas e estas procuravam mostrar as vantagens do sistema democrático. Mas a democracia não é remédio capaz de trazer soluções fáceis e rápidas para os problemas que a sociedade vive, é necessário esforço e espírito público para aceitar idéias discordantes, mostrar-se pronto ao debate, sem o qual não há democracia no sentido pleno do termo, e buscar corrigir seus rumos, pois é um sistema sempre inacabado,

como a própria história humana. Não é sem razão que um dos principais estudiosos da política coloca que:

[...] a amplitude e a densidade do fenômeno ameaçam paralisar o exame, obrigando o observador a passar incessantemente de um plano a outro e a modificar de um só golpe as suas perspectivas [...] É-lhe necessário ser sucessivamente historiador para compreender como se formou a idéia democrática, sociólogo para estudar o seu enraizamento no grupo social, economista para justificar os fatores materiais que operam sobre a sua evolução, psicólogo para apreender, nas representações que dela fazem parte os indivíduos, a fonte de energia de que se alimenta, teórico político para analisar a incidência dos sistemas e das doutrinas, jurista, enfim, para definir as instituições, quer privadas, quer políticas, dentro das quais ela se concretiza. Uma tal justaposição de competências, tão contrária à especialização científica, desencorajará aquele que empreende um estudo de conjunto da democracia (BURDEAU, 1975, p. 05)

Em vista das dificuldades apontadas por Burdeau, aqui se vai apenas apontar alguns momentos e aspectos da democracia, procurando situar o leitor ante ao problema, pois o que importa não é fazer um tratado sobre o tema, mas considerando o caráter em tons quase de ensaio do presente do artigo, se quer trazer à baila algumas questões atinentes ao debate atual.

Filosoficamente democracia tem várias acepções, mas ligadas a um tipo de organização política que tem como princípio à soberania pertencente ao conjunto dos cidadãos. “Em sentido lato, regime político que professa e garante o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, pelo reconhecimento e proteção das comunidades naturais (família, município, profissões, sociedades espirituais) intermediárias entre o indivíduo e o Estado” (JOLIVET, 1975, p. 63).

Historicamente a democracia nasce das lutas e disputas, que se travavam no século XVIII, contra o absolutismo monárquico, herdeiro da tradição feudal. Numa comparação, nos reinos europeus como o da Inglaterra e da França absolutistas, se tomava Deus como fundamento e critério para a origem do poder do governante, nos séculos XV ao XVIII, quando se afirmava que a soberania tinha em Deus o seu acento de poder. A autoridade real vinha então revestida de um sentido sacro, pois que tomava argumentos tirados da própria Bíblia, para justificar o poder e a necessidade de obediência ao trono, como na Carta aos Romanos no capítulo treze, versículos de um a cinco, quando Paulo afirma: “Cada qual seja submisso às autoridades constituídas. Porque não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus”. (BÍBLIA, 1989, p. 1462). Além de afirmar que toda autoridade vem de Deus e que não há autoridade que não venha dele o apóstolo identifica nas autoridades um instrumento de Deus para fazer a justiça e arremata: “Portanto, é necessário submeter-se, não somente por temor de castigo, mas também por dever de consciência”. (Idem, p. 1462).

Além dessas justificativas as sagrações reais aconteciam em atos solenes realizados no espaço da Igreja, portanto, carregados de sentido religioso e litúrgico, quando o rei recebia a coroa real das mãos de bispos ou em alguns casos do próprio papa, depois de ter sua testa ungida por óleo sagrado.

Mas as coisas mudariam, pois é própria da história humana a permanente mudança. Apesar de o arcabouço teórico que fundamentava a autoridade do monarca apoiar-se na idéia de que o poder real provinha de Deus, portanto no Eterno, a origem divina do poder seria gradativamente enfraquecida até ser colocada de lado, pois se Deus é perene e não muda nunca, a história dos homens e o olhar das pessoas se modifica com o passar dos anos. O homem faz a história e a história faz o homem modificando suas concepções.

Economicamente e na medida do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a classe dos comerciantes procurava adaptar-se ao jogo de forças políticas do Estado absolutista, tendo alguns deles adquirido título de nobreza, numa tentativa de igualar-se em direitos aos nobres de sangue.

Politicamente, contudo, a partir dos setecentos francês, a organização do Antigo Regime estava cada vez mais abalada por um conjunto de idéias novas, cujas características principais apontavam a valorização da razão com critério e instrumento suficiente para o entendimento da natureza e do próprio homem. A esse movimento de idéias chamou-se Iluminismo ou período da Ilustração.

Se antes se afirmava que as pessoas nasciam desiguais, pois alguns nasciam nobres e outros plebeus, agora os homens da Ilustração dirão que os seres humanos são todos iguais, tomando como base para tal afirmação o fato de ser racionais independentes de nascerem nobres ou plebeus. Ora, se são iguais devem ter os mesmos direitos. Por conseguinte não fazia mais sentido uma organização jurídica na qual havia uma lei para os nobres e outra lei para os plebeus, a lei deveria ser, a partir de agora, igual para todos.

Com relação ao problema da origem do poder do governante descrita anteriormente para o antigo regime, ela não mais poderia ser buscada no Transcendente. Sendo os homens iguais por natureza, e igualmente livres, o poder do governante deveria ser fundamentado a partir do próprio homem. Este homem que deixa de ser súdito para tornar-se cidadão e, reunidos os homens em uma organização política nascida de suas próprias vontades livres, deveriam ser capazes de escolher seus governantes, cujo objetivo, ao menos em princípio, é realização o bem comum. O filósofo Jean Jacques Rousseau, tido como o principal filósofo fundador da democracia moderna, e que dirá em obra célebre, que o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. (ROUSSEAU, 1997).

Tais circunstâncias não significam a adesão geral e instantânea ao princípios democráticos. Marchas e contra-marchas da história da democracia podem ser acompanhadas na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX. Além disso, não há um modelo perfeito ou pleno de democracia a partir do qual as nações possam se espelhar. Existe, porém, práticas democráticas de variados matizes, mas que, num sentido amplo, procuram responder à concepção de democracia dada anteriormente, no que diz respeito aos direitos da pessoa humana e da proteção das comunidades organizadas e dos próprios indivíduos ante o poder do Estado.

Proteger o indivíduo do poder autoritário do Estado, pois este deixa de ser absoluto e passa a ser definido como Estado de Direito, através do qual o poder político, caracterizado pelo *monopólio da força*, (WEBER, 2002, p. 60). Isto responde a um conjunto de leis e tem um ordenamento jurídico que, em última instância emana do o consentimento livre dos cidadãos, que transferem seu poder de decisão a um grupo de homens incumbidos de escrever as leis, em conformidade com os interesses da maioria, ao menos é este o fundamento teórico de tal Estado. Note-se que está é uma das características basilares da democracia.

Apesar disso, a demora em sentenciar os réus acusados de crimes, em definitivo, o eterno postergar de decisões judiciais, o clima de insegurança e o enfrentamento e afronta de bandidos contrários ao poder de Estado, mostrado seguidamente por uma imprensa com relativo poder e liberdade para noticiar, leva alguns a dizer que a liberdade as vezes é confundida, pois se deseja ser livre em plenitude, mas isso poderia acarretar insegurança, aspectos já denunciados por Platão em relação, seguramente, à democracia ateniense. (PLATÃO, 1997, p. 278).

Mas, embora possa dar a impressão de impunidade, “a democracia não é absolutamente incompatível com o rigor das penas aplicáveis aos que ferem os princípios básicos do Estado de Direito. Ao contrário, exatamente pelo espaço de liberdade que consentem, deve os democratas verdadeiros ser implacáveis no que se refere à aplicação da lei cabível em cada caso”. (REALE, 2005, p. 2).

De qualquer forma, é no século XVIII que se encontram as primeiras formulações daquilo que viria a se constituir com o título de regime democrático, e que aqui, grosso modo, pretendeu-se apenas dar alguns indicativos da origem desses conceitos na Europa e herdados por nós, além de ter sido apresentado de forma sintética alguns pressupostos da democracia. Alongar-se, além disso, é fugir do propósito desse estudo. Convém encaminhar-se para o Brasil.

3. BRASIL E DEMOCRACIA

No concerto das nações o Brasil não faz belo andamento no quesito respeito à democracia. Olhando a história brasileira é notório o desrespeito aos valores e aos direitos universais da pessoa humana, com períodos de longas ditaduras, censuras e imposição de idéias, normas e ações muitas vezes contrárias aos interesses da maioria.

Já na Independência do Brasil e na organização da primeira Constituição, D. Pedro I, contrariado com os rumos que a Assembléia Constituinte tomava, decidiu fechá-la, outorgando a Constituição de 1824 e reservando para si dois poderes, o executivo e o moderador - os outros dois eram o judiciário e o legislativo -, numa flagrante concentração de poder em suas mãos.

Outros exemplos colhidos na história, como o Estado Novo (1937-1945), no governo comandado por Getúlio Vargas, o Regime Militar (1964-1985), já seriam suficientes para mostrar as dificuldades de implementação e continuidade da democracia em nosso País.

Mas, tão ruins quanto os períodos de autoritarismo são algumas características do Estado brasileiro, no que diz respeito, por exemplo, a forma como se dá a relação entre público e privado.

Entre algumas dessas características pode ser citado o patrimonialismo, entendido como “uma tendência à apropriação de uma parte do Estado pelos agentes econômicos”, (CARNEIRO, 1991, p. 41), seja por parte de alguns empresários que acham justificável fazer negócios com os governos, de modo bastante vantajoso para suas empresas e nem tão vantajosos para a população.

Como exemplo clássico de patrimonialismo pode ser lembrada a política do café-com-leite, que predominou na República Velha (1889-1930), na qual o governo comprava o excedente da produção cafeeira para manter os preços desse produto em nível elevado, logicamente usando para isso dinheiro público, gerando grandes lucros para os barões do café. Mas, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, os estoques de café do governo tiveram de ser queimados, em função da queda no consumo devido à crise econômica. Este é um exemplo de como no Brasil, muitas vezes, é possível perceber uma lógica na qual os lucros são privados e os prejuízos são públicos, pois quem arcou com as despesas foi o erário.

Esse exemplo colhido na história não significa ter sido o início nem que não tenha ou venha ocorrendo mais do mesmo modelo patrimonialista. Já alertava (BOBBIO, 2002), quanto ao chamado “poder invisível” dentro de regimes democráticos, de interesses mantidos em sigilo de Estado, por tecnoburocratas, que não são eleitos, nem sempre atentos ao zelo com a coisa pública. Estes somados aos eleitos que precisam ou desejam prestar contas aos seus financiadores, e pode se ter uma idéia do problema, como na conhecida expressão “o amigo do rei”, isto é, aquele que apoiou a vitoriosa eleição e o eleito lhe retribui a ajuda recebida favorecendo contratos com órgãos públicos sob sua administração.

Aliás, num dos principais problemas da organização democrática e que atinge a democracia em sua característica mais comentada: as eleições. Trata-se do problema do financiamento milionário de campanhas as mais diversas. O que leva alguns a se indagarem sobre as intenções dos patrocinadores, pois que “no entanto, não se pode, de antemão eximir os próprios agentes econômicos da responsabilidade, transferindo-a inteiramente para a classe política. Esta, em última análise, é financiada pelo setor privado, que dela espera que se empenhe na defesa dos interesses dos financiadores” (CARNEIRO, 1991, p. 43). Mesmo assim, não desculpa os agentes políticos nem os livra de questionamentos que, só para lembrar, atingiram diretamente o partido do governo brasileiro atual e estão à espera de explicações mais convincentes do que a simples admissão da prática do chamado caixa dois, como se fosse algo natural em razão de uma alegada prática corriqueira. Mas isso já é outro assunto.

Voltando ao patrimonialismo, encontra-se facilmente entre os brasileiros o sonho de tornar-se funcionário público, em especial de alguns órgãos da administração federal, não todos logicamente, pois se desejam aqueles que dêem estabilidade, salários melhores, e o conforto de relativa autonomia no trabalho, coisas pouco encontráveis na iniciativa privada. Prova desse interesse são as filas em dias de inscrição e os cursinhos preparatórios para ingresso no serviço

público, onde é buscada, como se disse a pouco, a estabilidade no emprego, salários em geral acima da média, previdência e assistência social diferenciadas, além de um patrão, via de regra, distante. Não por acaso da relativa arrogância de alguns funcionários que vem no atendimento prestado ao público uma espécie de favor concedido, mais do que uma obrigação em realizar um serviço adequado ao cidadão.

Historicamente já Pero Vaz de Caminha solicitava ao rei português cargos para seus parentes. No Brasil no período do Império, os laços de amizade conseguidos pelos filhos dos senhores de engenho e da elite da época, quando freqüentavam cursos de direito, principalmente em Coimbra, mas também em São Paulo e no Recife, eram quase garantia de encaminhamento para ocupar um cargo na corte, mostrando ser este um problema antigo em nosso País. Mas também atual, como se observou com o caso dos filhos do deputado Severino Cavalcanti, e este seguramente não é o único exemplo de nepotismo e apadrinhamento.

Diante de tal quadro pergunta-se sobre a importância e o peso da democracia na resolução, ou ao menos na diminuição de tais aspectos desabonadores da prática política brasileira.

Pode se responder que é somente num país onde a imprensa é livre para informar, opinar e fomentar canais de discussão sobre tais assuntos, isto é, somente numa democracia, é possível realizar o primeiro passo rumo a um futuro mais promissor.

Antes, porém de concluir com tão esperançosa idéia, me arrisco a considerar algo curioso sobre o modo de discutir certos problemas que na falta de termo melhor, chamarei aqui de *desvio de assunto*. Tomemos alguns exemplos.

Em época de seca e nos períodos das chamadas festas juninas, assistimos na televisão comercial de caráter educativo, alertando para o risco de incêndio causado por tocos de cigarros lançados descuidadamente nas margens de rodovias e por balões soltados em noites de São João, podendo, tais práticas, incendiar a mata. A propaganda é correta do ponto de vista estético, de esclarecimento à população, e é difícil, num primeiro momento, discordar dela.

Algum tempo atrás foi realizado intenso debate nos órgãos de comunicação, com entrevistas dadas por motoristas insatisfeitos com uma medida tomada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que exigia a troca de extintores dos veículos, alegando a deficiência do modelo até então utilizado no combate a incêndios, por não conseguir apagar o fogo de certos componentes dos carros. Mesmo sendo o modelo novo mais caro, deveria o motorista comprá-lo e fazer a substituição, sob risco de ser multado.

Pouco tempo atrás houve uma campanha na qual se apresentava uma disputa entre o sim e o não para o Estatuto do Desarmamento, cujo plebiscito que ocorreu no dia 23 de outubro de 2005. Apontado como sinal de democracia por ouvir a opinião da população sobre a proibição ou não da venda de armas e munições, como já foi referido no início deste artigo.

Agora bem. Desses três assuntos convém fazer algumas ressalvas.

É importante alertar para o perigo causado por cigarros capazes de incendiar a mata, mas a ênfase deveria ser ainda maior em mostrar e cobrar das autoridades quanto a incêndios criminosos,

como os que são provocados deliberadamente na Amazônia, destruindo enormes áreas florestais para serem ocupadas por pastagens.

Para se ter idéia da gravidade da situação, o *Guinness World Records 2006* apresenta o Brasil como um dos maiores vilões da degradação ambiental, sendo que “o País é recordista mundial de queimadas [...] e também tem o maior índice de desmatamento do planeta” (FERRAZ, 2005, p. 38). É forçoso reconhecer que a ênfase sobre a causa de incêndios está errada.

Quanto ao trânsito brasileiro, sabe-se de longa data de sua violência, do número exagerado de morte e das suas causas, como imprudência de motoristas, falta ou precária sinalização, deficiência na fiscalização entre outros. Mas que faz o governo? Ocupa-se com a troca do modelo de extintor dos carros, o que demonstra claramente um *desvio de assunto* para problema de menor monta. Tanta foi a queixa que a obrigatoriedade ficou postergada, já o tempo perdido discutindo algo de menor relevância ante a gravidade dos problemas de trânsito se foi.

Com relação ao plebiscito sobre o desarmamento é admitido até mesmo pelos defensores da proibição da venda de armas que o número de assaltos e crimes de morte praticados por bandidos não deve diminuir. Parece então *desvio de assunto* gastar tanto tempo discutindo se o cidadão de bem deve ou não ser proibido de ter arma, quando se deveria usar o dinheiro gasto com estas campanhas e as discussões dela originadas, para, com a mesma ênfase, discutir um efetivo programa nacional de segurança pública.

Tais fatos não devem ser vistos como desabonadores da democracia, pelo contrário. Considerando o papel da universidade que é ser questionadora e pensar a sociedade é notória a importância da democracia e de seu fortalecimento e aprimoramento. Pois só em ambiente democrático viceja a discussão capaz de levantar problemas e propor encaminhamentos de práticas políticas capazes de contemplar o bem comum e respeitar o desejo da maioria, cada vez mais livre do desejo mesquinho daqueles que, para conseguir benesses são capazes de prejudicar a coletividade.

4. CONCLUSÃO

Ao contrário do que pensam alguns, mais e não menos democracia é o que se precisa, pois através dela podem ser desvelados interesses escondidos e privilégios que são buscados em prejuízo da maioria da população. Em tempos como os atuais, os riscos e a tentação em apoiar regimes contrários à democracia são grandes. As massas atônitas com a profusão de informações sobre desmandos os mais diversos, pode clamar por soluções radicais e imaginar que exista alguém capaz de salvar a pátria em perigo, quando, na verdade, a salvação e os acertos estão na própria população, desde que capaz de discernimento e participação livre nos debates e decisões.

Aprimorar a democracia, acompanhando de outros instrumentos, como uma imprensa livre e eticamente responsável, dar acesso à educação de qualidade para todos, onde os educandos sejam vistos não como número, mas como seres humanos em construção, dos quais depende o

próprio progresso do País, entre outras coisas, são quesitos indispensáveis à construção da cidadania e de uma sociedade mais justa.

Em razão disso, julguei ser oportuno trazer a baila essas questões e por isso escrevi este pequeno texto, cujo propósito está longe de querer convencer ou mesmo ensinar. Dou-me por satisfeito se pôde contribuir de alguma maneira para pensar a sociedade e particularmente sobre o papel dos jornalistas, economistas, contabilistas, e administradores, que, em meio a tantos problemas de caráter político, não podem se colocar indiferentes, pois que interfere na vida de todos e na própria forma de administração empresarial.

Uma nação como a nossa que não pune quem deve ser punido, mas quem não tem como fugir da punição. Que cobra impostos não de quem deve pagar, mas de quem não tem como não pagar. Enfim, uma nação do jeitinho, mas já farta disso, precisa ser repensada. Não é outro o papel da universidade, da imprensa e do jornalista, em um momento de crise como o atual, mas tão rico e propício ao debate de idéias. É preciso a coragem e a vontade para inovar e além de desejar realizar coisas capazes de construir um mundo mais acolhedor e humano.

5. NOTAS

*Mestre em História pela UFF - Universidade Federal Fluminense. Professor de Teoria Política na UNIPAR, e de Filosofia na UNIVEL. Endereço: Rua Júlio Prestes, 212. Parque São Paulo, Cascavel, PR CEP. 85803-520. (45) 3222-0738 inguarneri@uol.com.br, ivanor@unipar.br, ivanor@univel.br

6. REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Trad. Centro Bíblico Católico. 70^a ed. São Paulo: Ave Maria, 1989.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2001.

_____. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BURDEAU, Georges. A democracia: ensaio sintético. Portugal: Publicações Europa – América. 1975

CARNEIRO, João Geraldo. Uma nova visão da ética empresarial. In.: TEIXERIA, Nelson Gomes. A ética no mundo da empresa. São Paulo: Pioneira, 1991.

FERRAZ, Cláudia. Brasil alcança recordes ambientais: todos ruins. O Estado de São Paulo. 15 out. 2005.

- JOLIVET, Regis. Vocabulário de filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- LOPES, Marco Antonio. A imagem da Realeza: simbolismo monárquico no antigo regime. São Paulo: Ática, 1994.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Retratos do Brasil. out. 2005.
- PLATÃO. A República. (livro VIII). São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- REALE, Miguel. Socialismo à brasileira, com corrupção. O Estado de São Paulo. 24 set. 2005.
- ROMANO, Roberto. Uma armadilha chamada referendo. O Estado de São Paulo. 15 out. 2005.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paul